



Relator descarta CPMF e prevê R\$ 39 bi a mais

Parecer de Gurgacz eleva arrecadação em 2016 sem aumentar demais a carga tributária, privilegiando venda de imóveis da União e licitação de hidrelétricas, portos e aeroportos

Apesar de mudar de positiva para negativa a previsão de variação do PIB no ano que vem (de 0,2% para -1%), o relator da Receita da proposta orçamentária de 2016, Acir Gurgacz, prevê aumento na arrecadação de R\$ 1,402 trilhão para quase R\$ 1,441 trilhão. Em vez de recriar a CPMF, ele sugere a venda de imóveis da

União na Amazônia Legal e a tributação de ativos repatriados, além de licitações na área de infraestrutura. Gurgacz argumentou que “não é pelo aumento de impostos que vamos resolver o problema da economia”. O acréscimo na arrecadação será trabalhado agora pelo relator-geral da proposta orçamentária, deputado Ricardo Barros. **3**

CPI do Carf: um acusado fica em silêncio e outro nega irregularidades

A CPI que apura esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) recebeu ontem Eduardo Valadão e Hallyson Silva, presos pela

Polícia Federal. O primeiro ficou calado e o segundo rejeitou as acusações. A CPI também decidiu que Luís Cláudio da Silva, filho de Lula, não será convocado. **5**



Preso provisoriamente, Hallyson Silva depõe à CPI, presidida por Atáides

Projeto sobre terceirização é criticado no Pará **8**

Ministério Público nega favorecimento em área quilombola **6**

Grupo parlamentar vai incentivar relações com o Cazaquistão **8**

Brasil fica atrás de Brics e Argentina no lançamento de satélites

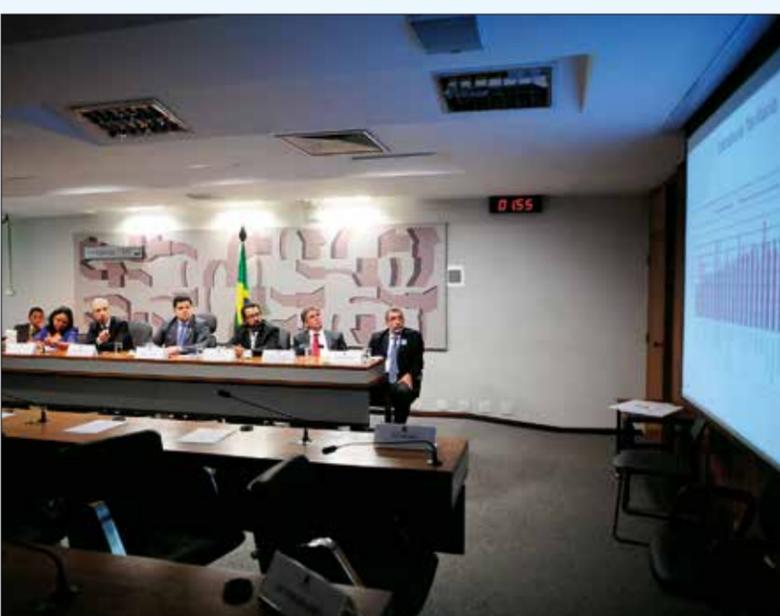
Edilson Rodrigues/Agência Senado



Comissão de Relações Exteriores discute a situação da indústria de defesa e projetos do setor

Debate na Comissão de Relações Exteriores apontou a oposição política a um acordo com os Estados Unidos entre as causas para o Brasil não obter bons resultados no setor espacial. Segundo o presidente da Visiona Tecnologia Espacial, Eduardo Bonini, mesmo investindo na área, o país não alcança a Rússia, a Índia, a China e a Argentina. Bonini disse ainda que de 70% a 80% dos negócios na área são demandas de governo: programas estratégicos de altíssimo risco, muitas vezes sem retorno econômico. **7**

Pedro Franco/Agência Senado



Davi Alcolumbre fala durante uma das duas audiências sobre saneamento realizadas ontem

Saneamento básico precisa de melhor gestão e regionalização, aponta debate

Sem aumento nos investimentos, o Brasil não conseguirá atingir a meta de garantir acesso a água potável e coleta de esgoto para 90% da população em 20 anos. A crise econômica aumenta

as dificuldades para o setor, segundo a análise dos participantes das duas audiências na Comissão de Desenvolvimento Regional que avaliaram o Plano Nacional de Saneamento Básico. **4**

Reforma política deve desestimular partido pequeno **8**

Campanha por mais mulheres na política vai ao Paraná **4**

Quase 12 mil pessoas se suicidam por ano no Brasil, segundo médicos e psicólogos

O suicídio atingiu números alarmantes no Brasil e se tornou uma epidemia silenciosa. Nos últimos dez anos, a taxa de jovens brasileiros de 15 a 29 anos que se matam

creceu mais de 40%. A avaliação foi feita ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos que discutiu estratégias e políticas públicas para prevenir os casos de suicídio. **8**



Mário Antônio Crispin, Olga Oliveira, Marcelo Tavares, Hélio José, Lúcio Costa e Vitor Barros Rego

Gerardo Magela/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pedro Franco/Agência Senado



A chamada desaposentação, que beneficiaria quem continuou a trabalhar depois de se aposentar, foi vetada pela presidente

Dilma sanciona regra 85/95 no cálculo da aposentadoria

Fórmula alternativa ao fator previdenciário, que reduz os benefícios, foi proposta inicialmente pelo Congresso e adaptada pelo governo para considerar o aumento da expectativa de vida da população

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou ontem a Lei 13.183/2015, que altera a fórmula para aposentadorias em alternativa ao fator previdenciário. O cálculo dos benefícios será feito inicialmente pela regra conhecida como 85/95, que leva em conta a idade da pessoa e o tempo de contribuição à Previdência. Segundo a nova fórmula, a mulher que tiver no mínimo 30 anos de contribuição para a Previdência Social poderá se aposentar sem o fator — que reduz o valor dos benefícios — se a soma com a idade for 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição mais a idade devem somar pelo menos 95. A lei estabelece que a regra deverá ser usada pelo Regime Geral da Previdência Social até 2018. A fórmula passará para 86/96 em 2019 e em 2020;

87/97 em 2021 e em 2022; 88/98 em 2023 e em 2024; 89/99 em 2025 e em 2026; e 90/100 de 2027 em diante. Valem também para efeito de cálculo os meses completos de tempo de contribuição e de idade. No caso dos professores, aqueles que comprovarem tempo de efetivo exercício exclusivamente no magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terão direito a cinco pontos na soma exigida para a aposentadoria. O tempo de contribuição à Previdência continua a ser de 30 anos para o homem e de 25 anos para a mulher, como previsto na legislação atual. Dessa forma, a soma dos pontos extras mais o tempo de contribuição fica igual à de outros profissionais para aplicação da regra.

tiva ao fator, mas não previa a progressão da fórmula para os anos posteriores a 2018, como propôs o governo na MP.

Segundo dados do Executivo, sem uma transição para os anos futuros, essa regra poderia provocar um rombo de R\$ 135 bilhões na Previdência em 2030, por ignorar o processo de envelhecimento acelerado da população e o aumento crescente da expectativa de vida.

O fator foi criado no ano 2000 para desestimular a aposentadoria antes dos 60 anos, no caso dos homens, e 55 anos, no das mulheres.

Veto

Ao sancionar a Lei 13.183, Dilma vetou o dispositivo da desaposentação, pelo qual é feito um recálculo da aposentadoria para a pessoa que continuou a trabalhar depois de se aposentar.

Segundo o trecho vetado, a desaposentação ocorreria depois de o aposentado contribuir por mais 60 meses com o INSS em seu outro emprego. Após esse prazo, ele pediria o recálculo da aposentadoria levando em consideração as contribuições que continuou a fazer, permitindo aumentar o valor do benefício.

A desaposentação foi incluída no texto original da medida provisória por meio de uma emenda feita na Câmara dos Deputados, confirmada pelos senadores. Ao vetar a proposta, Dilma argumentou que ela permitiria a acumulação de aposentadoria com outros benefícios de forma injustificada.

Desde 2003, está parado no Supremo Tribunal Federal o julgamento de um recurso sobre o tema.

Envelhecimento

A Lei 13.183/2015 resultou da Medida Provisória (MP) 676/2015, aprovada pelo Senado em outubro. A MP foi a contraproposta do governo para evitar que o Congresso derrubasse o veto presidencial a um projeto de lei que, na prática, acabava com a aplicação do fator previdenciário.

O projeto vetado já estabelecia a regra 85/95 em alterna-

Ana Amélia critica veto à desaposentação

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que o veto da presidente Dilma à desaposentação aumenta “a incerteza para aqueles trabalhadores que, mesmo com direito à aposentadoria, precisaram continuar trabalhando”.

A senadora afirmou que muitos aposentados não conseguem viver apenas com o benefício, sendo obrigados a se manter na ativa.

— A desaposentação é medida de justiça para os que continuam trabalhando e contribuindo com a Previdência. O aposentado, no novo trabalho, volta a pagar a contribuição ao INSS, mas não recebe nenhum benefício por isso — lamentou.

Programa de visitação ao Congresso Nacional será suspenso no fim de semana

O programa de visitação ao Congresso Nacional será novamente suspenso neste fim de semana (dias 7 e 8). A decisão é da Polícia Legislativa, que considera

a possibilidade de haver confronto entre os manifestantes acampados em frente ao prédio do Congresso, o que colocaria em risco a segurança dos visitantes.

Fátima comemora regulamentação do direito de resposta pelo Senado

Fátima Bezerra (PT-RN) celebrou a aprovação pelo Plenário do PLS 141/2011, que regulamenta o direito de resposta na imprensa. Para ela, o projeto é “sinônimo de democracia” e valoriza o uso responsável da informação e da liberdade de expressão.



Marcos Oliveira/Agência Senado

— O direito à informação deve ser usado para que avancemos cada vez mais rumo a uma sociedade plural e democrática.

Fátima criticou o “oligopólio” dos meios de comunicação, que, ressaltou, vem sendo desmontado pelas novas tecnologias.

Alvaro Dias manifesta apoio a movimento de caminhoneiros

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou apoio aos caminhoneiros, que ameaçam fazer nova greve a partir da segunda-feira.



Ana Volp/Agência Senado

Ele afirmou que os profissionais vivem situação dramática devido ao acúmulo de dívidas e estão cansados de negociar uma pauta en-

tregue ao governo há oito meses, em que consta, por exemplo, o refinanciamento dos empréstimos.

— Compreendemos as razões desse pleito. Veja o clima, o cenário de insatisfação e inconformismo que toma conta dos caminhoneiros brasileiros.

Romero Jucá agradece ampliação do prazo para o Simples Doméstico

Romero Jucá (PMDB-RR) agradeceu ao governo por estender até 30 de novembro o prazo para emissão e pagamento do chamado Simples Doméstico. O prazo terminaria hoje.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador disse que o site eSocial, para cadastramento

de empregadores e empregados e pagamento de encargos, apresentou problemas de acesso, o que gerou protestos em todo o país. Ele relatou que mais de 1 milhão de empregadores já se cadastraram e que a ferramenta facilita a vida de patrões e empregados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CDH Segurança e terceirização**
9h A comissão realiza audiência interativa para debater a atuação dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal. Às 14h, o colegiado discute terceirização na Assembleia Legislativa do Amapá.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
9h Sessão destinada a discursos.

- ASSASSINATO DE JOVENS Audiência**
9h30 A CPI faz audiência na OAB do Rio de Janeiro com representantes de ONGs e das polícias militar e civil do estado.
- CRA Defesa agropecuária**
11h Em Porto Velho, a comissão discute as ações de defesa agropecuária em Rondônia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Orçamento pode ter R\$ 39 bi a mais sem CPMF

Relatório de Gurgacz sobre as receitas de 2016 prevê aumento da arrecadação federal, propondo licitações e venda de ativos da União, sem elevar demais a carga tributária

O RELATOR DA Receita da proposta orçamentária de 2016, Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou parecer em que eleva a arrecadação federal em R\$ 39 bilhões no próximo ano. Com isso, as receitas passam de R\$ 1,402 trilhão para quase R\$ 1,441 trilhão. O senador privilegiou a proposta de venda de ativos da União.

— Não é pelo aumento de impostos que vamos resolver o problema da economia — afirmou.

Essa linha de atuação levou-o a rejeitar a inclusão na receita de recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), cuja proposta de recriação tramita na Câmara (PEC 87/2015), e da Cide-Combustíveis.

Segundo Gurgacz, contou também para essa decisão a percepção de que a maior parte dos parlamentares é contra a elevação de tributos.

O acréscimo na arrecadação será trabalhado agora pelo relator-geral da proposta or-



Acir Gurgacz reduziu a previsão do crescimento do PIB de 0,2%, estimado na proposta orçamentária, para 1% negativo

çamentária, deputado Ricardo Barros (PP-PR), que cuida da análise das despesas públicas.

Ganhos

Barros terá à disposição R\$ 31,4 bilhões, que é o valor que fica após as transferências para estados, Distrito Federal e municípios (R\$ 7,6 bilhões). Para o Congresso, a receita

primária líquida é o número que importa. Somente com vendas de imóveis da União e com a licitação de hidrelétricas, portos e aeroportos, o ganho estimado no relatório foi de R\$ 22,5 bilhões, recursos exclusivos da União.

Já com aumento de tributos, o relatório do senador prevê R\$ 9,7 bilhões brutos ou R\$

2,2 bilhões líquidos (que ficam com a União após transferências). Esse aumento decorre, basicamente, das medidas do ajuste fiscal anunciado pelo governo em setembro, que previu corte de despesas em 2016 e aumento de tributos, como o Imposto de Renda que incide nos juros sobre capital próprio (aumentado por meio da MP 694/2015) e sobre ganhos de capital (MP 692/2015).

Repatriação de ativos

O relatório contempla ganho com a tributação de ativos repatriados do exterior, prevista em projeto em discussão na Câmara (PL 2.960/2015), que deve ser votado na próxima semana. São R\$ 11,1 bilhões, dos quais R\$ 6 bilhões ficarão na caixa da União.

O relatório prevê a arrecadação, em 2016, de R\$ 10 bilhões com a venda de imóveis da

União situados na Amazônia Legal. Esse valor decorre de uma emenda apresentada pelo próprio Gurgacz e pelo deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES).

— São imóveis onde não há conflito e nenhum interesse do governo, a não ser regularizá-los. Há também a venda de ações, que nos dá um valor aproximado de R\$ 6,3 bilhões — afirmou o relator.

A receita estimada pelo senador poderia ter sido maior se ele não tivesse reduzido a previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) para o próximo ano, que saiu de 0,2% para -1%. Ou seja, a estimativa do relator é de redução do PIB. O primeiro número consta da proposta orçamentária. O rebaixamento retirou R\$ 11 bilhões da arrecadação federal. Gurgacz disse que sua intenção foi elaborar um texto próximo da conjuntura do país.

O parecer de Gurgacz será colocado em votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele poderá fazer ajustes no texto com base na grade de parâmetros econômicos de 2016 (crescimento do PIB, inflação, entre outros) que o governo terá que enviar à comissão no final do mês.

Na primeira vez em que foi relator da receita, em 2011, Gurgacz optou por não alterar o primeiro relatório apresentado, mesmo após a revisão dos indicadores econômicos.

(Com Agência Câmara)

Vídeo com entrevista de Gurgacz: <http://bit.ly/arrecadacao2016>

Gurgacz: mais impostos não resolvem o problema

Em discurso na tribuna do Plenário, Gurgacz disse que, em todas as discussões que teve com a equipe econômica sobre a estimativa de receita, o governo tentou que ele incluísse no relatório os recursos da CPMF.

— O parecer não inclui o aumento ou a criação de novos impostos, como a CPMF ou a contribuição sobre

combustíveis — destacou.

O relator explicou que a recriação da CPMF ainda não foi aprovada pelo Congresso, “nem sequer votada em nenhuma comissão da Câmara”, o que não justificaria a inclusão na receita da proposta orçamentária do ano que vem.

— Outro ponto importante que nós modificamos no rela-

tório de receitas foi a redução da estimativa do PIB para o ano que vem. Procuramos fazer o parecer dentro da realidade que vivemos — disse.

Gurgacz destacou que já entregou o relatório para a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), e agradeceu a ela por ter-lhe confiado a missão. A comissão ainda vai votar o parecer.

Pauta de votações em Plenário continua travada por duas MPs

A pauta de votações no Plenário do Senado continuará travada por duas medidas provisórias, lidas em Plenário na noite de quarta-feira pelo presidente da Casa, Renan

Calheiros, que não foram analisadas na ordem do dia de ontem.

O primeiro texto é a Medida Provisória 684/2015, que adia para fevereiro de 2016 a

entrada em vigor das novas regras sobre parcerias voluntárias entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e a administração pública (Lei 13.019/2014, que trata

do marco regulatório para o terceiro setor).

A outra é a Medida Provisória 685/2015, que permite ao contribuinte quitar débitos tributários, devidos

até 30 de junho de 2015, com a Receita Federal ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, desde que estejam em discussão judicial ou administrativa.

Dário pede união nacional para combater a crise

Dário Berger (PMDB-SC) afirmou ontem que o Brasil vive uma crise sem precedentes. Para ele, não há dúvida de que a população vai enfrentar uma crise econômica prolongada, sobretudo pelo crescimento do desemprego, aumento da inflação e índices econômicos negativos.

O senador participou de reunião com o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, para análise da crise econômica. Dário

disse que o país atravessa um momento delicado em suas relações sociais, agravado pelas circunstâncias políticas.

— O governo está ajoelhado diante da crise, que se agrava a cada dia. Precisamos agir, propondo um plano de união pelo crescimento econômico. Arrumando o que precisa ser arrumado, reformando o que precisa ser reformado, mudando o que precisa ser mudado.

Paulo Rocha exalta legado social de governos do PT

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu o legado social dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que classificou



como um avanço notável após o ciclo “neoliberal” que o antecedeu. Ele advertiu que as conquistas estão em risco, ameaçadas pelo direcionamento da economia e por retrocessos na democracia.

Para o senador, é necessária uma política de desenvolvimento com inclusão social e geração de empregos.

— Só não percebe isso quem não se importa com a desigualdade e se contenta com o discurso vazio.

Ele vê como missão do PT defender seu legado e encontrar saídas para encarar a crise sem ameaçar esses avanços.

Requião: PMDB propõe “uma ponte para a ruína”

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que o documento da Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB,



intitulado *Uma ponte para o Futuro*, representa “uma ponte para a ruína do país”. Ele cobrou a publicação de sua contestação ao texto.

— Além de prever flexibilização de direitos, a proposta defende o

fim da intervenção estatal na economia e de medidas para o combate às desigualdades. Temos quase completa cegueira

ideológica, assumindo perigosa hegemonia, bloqueando a ascensão e o desenvolvimento do Brasil e usando o nome de Ulysses Guimarães à sua revelia. Esse pessoal quer enterrar agora as suas ideias — ressaltou.

Debates apontam dificuldades para país alcançar metas de saneamento

Para especialistas, é preciso maior investimento para o aumento do acesso à água potável e coleta de esgoto, previsto em plano nacional

PARA GARANTIR O acesso à água potável e à coleta de esgoto para 90% da população no prazo de 20 anos, o Brasil precisa regionalizar os serviços de saneamento básico e melhorar a gestão deles. A crise econômica do país, porém, é uma dificuldade a mais para o avanço no setor.

Essa foi a análise de especialistas que participaram ontem de duas audiências públicas (uma pela manhã e outra à tarde) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para avaliar o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

Um dos maiores desafios do Plansab, segundo o presidente do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, é investir R\$ 300 bilhões somente em água e esgoto durante duas décadas. Segundo ele, o país consegue aplicar, em média, R\$ 10 bilhões por ano no setor. E são gritantes as diferenças regionais, destacou.

Para equilibrar a situação, ele considera fundamental o sistema de regulação nos municípios e a gestão participativa. Também apontou outras medidas importantes, como desburocratizar o acesso aos recursos, aumentar a eficiência com melhoria da gestão e fortalecer as decisões regionais.

— Estamos falando de uma infraestrutura ridiculamente atrasada no Brasil. A gente precisa encontrar formas de andar mais rápido — afirmou.

O representante do Ministério das Cidades, Ermani Ciríaco de Miranda, reconhece que o processo é demorado. A meta



Davi Alcolumbre (3º à esq.) coordena debate: o plano é uma das políticas públicas analisadas pela comissão neste ano

imposta aos municípios para a criação de um plano de saneamento não foi cumprida em 2014 e também não deve ser cumprida neste ano, acredita.

O manejo de resíduos sólidos e a drenagem das águas pluviais também fazem parte do saneamento. A estimativa é de investimentos que totalizem R\$ 508,4 bilhões, entre 2014 e 2033, para atingir as metas do Plansab.

Acabar com os lixões é outro grande desafio, destacou a diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Heliana Tavares Campos. Ela defendeu a regionalização dos serviços como a melhor saída e disse que a gestão ainda é o problema central enfrentado pelos municípios.

— O que é mais caro é o custo operacional. É por isso que inúmeros aterros sanitários criados no país viraram lixões.

Custos altos

Na audiência feita pela manhã, os especialistas presentes alertaram para os altos custos do setor e a falta de investimen-

tos para melhorar os serviços. Para eles, a crise econômica do país está afetando diretamente as empresas de saneamento básico que atuam nos estados e municípios, que enfrentam dificuldades financeiras. Isso prejudica a capacidade de investimento em melhoria do serviço e na ampliação do acesso à água e esgoto.

O presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Aparecido Hojaij, disse que é preciso encontrar formas de reduzir o custo dos serviços.

— [A solução] é buscar eficiência energética para que se possa reduzir o custo do serviço. Melhorar a capacidade financeira dos prestadores de serviço, discutindo um novo modelo tarifário — explicou.

Marcelo Teixeira, que representou a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, lembrou que outro fator que impactou os custos foi a variação cambial, porque insumos químicos são cotados em dólar. E disse que quem paga a conta do prejuízo são

os estados e os consumidores.

— Não se gera em termos tarifários os recursos necessários nem para fazer o custeio do serviço. Os estados geralmente têm que bancar parte desses serviços com recursos próprios. Isso causa impacto no usuário final, com aumento de tarifa.

Metas

O Plansab estipula que, até 2033, 99% do território nacional deve ter abastecimento de água potável e 92% de esgoto. O presidente da CDR, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), advertiu que, no ritmo atual de investimento, dificilmente a meta será cumprida.

— A falta de recursos sempre será o grande gargalo dessa discussão. Quando se fala que precisa-se de R\$ 26 bilhões por ano e na média são investidos R\$ 10 bilhões, a gente cai num problema. Na prática, esse prazo já é inviável.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) vai apresentar até o fim do ano um relatório de acompanhamento da política pública de saneamento.

Mais Mulheres na Política chega hoje ao Paraná

A campanha “Mais Mulheres na Política — a reforma que o Brasil precisa” promove encontro no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná hoje, às 9h. O evento é uma iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados, com o apoio da Secretaria da Mulher de Curitiba e do Fórum Popular de Mulheres.

Lançada pela bancada feminina do Congresso Nacional em favor da reserva de cadeiras para mulheres nos três níveis do Parlamento brasileiro, a campanha teve início em março deste ano. Hoje a média de mulheres nas Casas legislativas é, em geral, de 10%, apesar de elas serem cerca de 52% do eleitorado e 40% da força produtiva.

— Estamos em um momento favorável ao apoio à PEC da Mulher [PEC 98/2015], aprovada em segundo turno no Senado, que agora será apreciada na Câmara — disse a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A proposta garante a reserva escalonada de vagas para mulheres: 10% nas primeiras eleições, seguidas de 12% e 16% nas eleições seguintes.

— As mulheres têm que ter mais representação no Legislativo. Sem cota, não vamos conseguir isso no médio prazo — disse Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Saiba mais sobre a campanha: <http://bit.ly/maismulheres>

Lindbergh destaca audiência no Rio sobre morte de jovens

Lindbergh Faria (PT-RJ) convidou a população a discutir a violência contra os jovens em uma audiência pública da CPI do Assassinato de Jovens, que será interativa e acontecerá hoje na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ).

Lindbergh, que é relator da CPI, disse em Plenário que o tema é importante e que a CPI tem mostrado o aumento do índice de mortes de jovens negros que vivem em favelas. Só em 2012, sublinhou, 56 mil pessoas foram mortas no Brasil. Desse total, mais de 50% eram jovens de 15 a 29 anos de idade, dos quais 77% eram negros. Para o senador, a política de segurança pública nas favelas se limita a operações de repressão policial e o resultado são mortes.

— O homicídio de jovens negros aumentou 32% nos últimos dez anos, enquanto o de jovens brancos caiu na mesma proporção.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Dário cobra medidas para qualificar defesa civil em SC

Os desastres climáticos em Santa Catarina — tempestades, enchentes e até tornados — levaram Dário Berger (PMDB-SC) a reivindicar em Plenário um sistema de defesa civil “aparelhado, sem burocracia e pronto para dar a resposta necessária a sinistros.”

— No tornado em Xanxerê, em abril deste ano, tivemos um prejuízo de mais de R\$ 102 milhões. As chuvas de outubro provocaram R\$ 70 milhões de perdas em Itajaí. E a última enchente, que ocorreu semana passada, causou quatro mortes em Santa Catarina — lembrou Dário.

A construção de novas barragens no Rio Itajaí, a instalação de um radar meteorológico no oeste catarinense e o melhoramento fluvial (limpeza, desassoreamento e alargamento) de bacias hidrográficas foram apontados pelo senador como as principais ações para o monitoramento de desastres climáticos no estado.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Elmano registra morte do ex-senador Lucídio Portella

Elmano Férrer (PTB-PI) registrou na tribuna, ontem, a morte do ex-governador do Piauí Lucídio Portella, que ocupou por duas vezes uma cadeira no Senado. O político — irmão do senador Petrônio Portella, falecido em 1980 — morreu em 30 de outubro, em Teresina.

Elmano observou que Lucídio, um homem de personalidade forte, marcou uma época importante na política piauiense. Pertencente a uma família política tradicional, fez uma administração austera no governo do Piauí, sem nepotismo, “calcada no zelo pela coisa pública”, disse o senador. Elmano recordou ainda o outro irmão de Lucídio, Eloy Portella, que também foi senador.

— Como homem público, Lucídio Portella tinha responsabilidade importantíssima no que se refere aos mais altos interesses do Estado — disse.



Pedro França/Agência Senado

Sandra comemora fim da bandeira tarifária no Norte

Sandra Braga (PMDB-AM) comemorou ontem em Plenário a entrada em vigor da lei que isenta da taxa referente às bandeiras tarifárias as famílias que vivem em regiões não atendidas pelo Sistema Interligado Nacional de energia em Rondônia, Amazonas, Pará e Acre. Instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as bandeiras são taxas que podem ser cobradas dos consumidores conforme o custo da geração de energia. Antes da lei, apenas Amapá e Roraima eram isentos, porque não são interligados ao sistema.

— Essa economia na conta de luz é importante, principalmente em meio à grave crise que vivemos. Faz-se justiça a milhões de pessoas que pagavam por um serviço que não recebiam.

Sandra disse que a isenção teve origem em emenda dela a medida provisória que tramitou no Congresso.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Eduardo Valadão permaneceu em silêncio e Halysson Silva negou envolvimento com pessoas e fatos investigados pela Polícia Federal

Dois presos provisórios da Zelotes vão à CPI do Carf, mas só um depõe

A CPI QUE investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), apontadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal, só conseguiu colher, ontem, o depoimento de um dos dois investigados convocados. O silêncio foi a opção do advogado Eduardo Gonçalves Valadão, que foi sócio de escritório de José Ricardo da Silva, um dos ex-conselheiros do órgão implicados na apuração sobre a venda de sentenças para favorecer empresas.

— Respeito o trabalho dessa Casa, mas já existe uma ação judicial sobre os fatos e prefiro me defender perante a Justiça, usando esse direito que me é garantido — afirmou.

O outro convocado, Halysson Carvalho Silva, assim como Valadão, encontra-se em prisão provisória, em Brasília. Residente no Piauí, ele responde por suspeita de extorsão contra o empresário Eduardo Souza Ramos, representante da Mitsubishi Motors no Brasil, para obter US\$ 1,5 milhão. Silva negou envolvimento com pessoas e fatos investigados pela Operação Zelotes.

A suspeita é de que, por meio de intermediários, conselheiros do Carf cobravam propina para anular autuações fiscais ou reduzir o valor dos tributos.



Halysson Silva responde a questionamentos de Ataídes e Vanessa. Eduardo Valadão diz que só vai se defender na Justiça

Agora a Polícia Federal investiga a participação de duas das consultorias mais atuantes no Carf também em negociações para aprovar medidas provisórias favorecendo empresas automobilísticas, mediante pagamento de propinas, inclusive a parlamentares. As duas empresas são a SGR Consultoria Empresarial e a Marcondes & Mautoni Empreendimentos, que têm em seus quadros José Ricardo da Silva e Mauro Marcondes Machado, parceiros do lobista Alexandre Paes dos Santos, que também está preso.

Mensagens

Os senadores confrontaram Halysson Silva com mensagens que partiram de e-mails supostamente dele, dirigidos a esses investigados, sobre viagens a São Paulo e até sobre acertos de valores a serem

cobrados de empresários.

— Coloco-me à disposição da comissão, mas está havendo algum engano. Meu advogado diz que estou preso por extorsão, mas não tenho nada a ver com isso — afirmou.

De todos os citados, ele confirmou que esteve apenas com Mauro Marcondes, por duas vezes, em São Paulo. Sobre o motivo do encontro, disse que não se lembrava.

Halysson Silva foi indagado sobre mensagem destinada a Alexandre Paes dos Santos por Raimundo Lima, que integra seu círculo de amigos no Piauí e participou de sua campanha a deputado nas últimas eleições. Afirmou que nem sequer conhecia Lima pelo nome próprio, mas apenas pelo apelido de Júnior Piranha, e mais uma vez disse não ter como explicar o fato.

O depoente também afir-



mou não acreditar que amigos seus estejam envolvidos com os acusados e possam ter usado os e-mails dele para atividades relacionadas ao esquema criminoso.

Questionamentos

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) não se mostraram totalmente convencidos com as explicações de Halysson Silva.

— Ou estão lhe confundindo com outra pessoa, ou o senhor é muito esperto — disse Vanessa.

Ataídes lembrou ao depoente que, caso estivesse tentando proteger terceiros, ele poderia se complicar.

Para Randolfe, as palavras não pareciam “corresponder aos fatos”. Ele observou que a tendência é que a prisão temporária seja prorrogada. Porém, se decidisse por colaborar, ainda que fosse com a Polícia Federal ou o Ministério Público, poderia contar com vantagens legais.

No depoimento, Halysson Silva informou que já trabalhou com promoção de shows e outros eventos. Agora, é sócio de pequena distribuidora de bebidas em Teresina. Ele teve ainda uma passagem por Brasília, quando atuou como comissionado no gabinete de Frank Aguiar, no período em que o cantor exerceu mandato de deputado federal. Este ano, por poucos meses, ocupou cargo comissionado na Fundação Cultural do Piauí, indicado pelo então deputado estadual Francis Lopes, também cantor.

No passado, chegou a ser empregado e, depois, sócio de empresa que forneceu mobiliário e equipamentos aos Correios. Sem receber pagamento, retirou da agência um ar-condicionado, o que motivou a estatal a mover contra ele ação por apropriação indébita. Não há condenação final no caso, que está em fase de recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Pinheiro propõe que governo venda patrimônio da União

Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu a venda de ativos do patrimônio da União, como alternativa para a crise econômica. O senador incitou o governo a pensar na questão, porque isso pode render mais que a CPMF.

— Primeiro, a partir da arrecadação com esses imóveis e até com o processo de utilização, em permuta, desses patrimônios, como forma de obter recursos. Isso vale mais que uma CPMF. E sem aumentar a carga tributária.

Outra sugestão dele foi modificar a estrutura econômica para ampliar os investimentos.



Pedro Franco/Agência Senado

Lasier diz que Planalto não valoriza diplomacia brasileira

Lasier Martins (PDT-RS) acusou o governo de tratar com descaso a diplomacia brasileira. Um dos maiores desafios do Itamaraty, segundo ele, é o “desprestígio orçamentário”, que o faz amargar uma dotação de apenas 0,15% dos recursos destinados a ministérios.

— O Itamaraty precisaria de R\$ 2,3 bilhões para as despesas em 2016. Isso o coloca em uma situação de grave déficit. A desvalorização do real, disse, também corroeu o orçamento da pasta no exterior, que é hoje 56% menor, em dólar, que o de 2010.

— O Itamaraty precisaria de R\$ 2,3 bilhões para as despesas em 2016. Isso o coloca em uma situação de grave déficit.

A desvalorização do real, disse, também corroeu o orçamento da pasta no exterior, que é hoje 56% menor, em dólar, que o de 2010.

Raupp lamenta crescimento da população carcerária

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção para a superlotação do sistema prisional, com 580 mil presos amontoados em vagas para 376 mil pessoas.

O déficit é de 204 mil vagas, número que seria maior se os 190 mil mandados de prisão emitidos tivessem sido executados, afirmou o senador, acrescentando que apenas 60% dessa população é formada por condenados. Os outros 40% são presos provisórios.

— É a política do prende primeiro, pergunta depois. O Brasil já ocupa o quarto lugar na lista de países com maior população prisional.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rejeitadas convocações de filho de Lula e ex-ministros

Os pedidos de convocação de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, e dos ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra foram rejeitados por unanimidade na CPI do Carf. Os pedidos foram propostos pelo presidente da comissão, Ataídes Oliveira, que já havia apresentado requerimentos iguais antes, o que gerou reclamação da relatora, Vanessa Grazziotin.

— É a terceira vez que o requerimento sobre a ex-ministra Erenice é votado. Nas duas vezes anteriores foram rejeitados. São requerimentos com objetivos meramente políticos. O político não pode sobrepor ao técnico. Não vamos desvirtuar os objetivos da CPI — afirmou.

A senadora também defendeu o filho de Lula.

— Não estou prejulgando, mas uma grande injustiça está em curso. Não há nada que sugira que ele tenha cometido algum crime. Luís Cláudio é apenas dono de uma empresa que recebeu pelo serviço

prestado a um escritório envolvido no escândalo de corrupção — disse.

Ataídes disse que fatos no âmbito da operação Zelotes justificavam novos pedidos de oitivas.

— Há ligação contundente dos ex-ministros e do Luís Cláudio na venda de medidas provisórias. Esses requerimentos já haviam sido apresentados por mim e foram rejeitados. Agora, diante de novos fatos da quarta fase da Operação Zelotes, vejo que há fraturas expostas em relação a esses três convocados — argumentou.

No fim de outubro, três empresas do filho do ex-presidente foram alvo de ações de busca e apreensão. Segundo a Polícia Federal, uma delas, a LFT Marketing, teria recebido pagamentos do escritório Marcondes & Mautoni, investigado por ter atuado de forma ilegal no Congresso na aprovação das Medidas Provisórias 512/2010 e 627/2013, que beneficiaram o setor automotivo.

A CPI também rejeitou requerimentos de quebras de sigilo do filho de Lula, da LFT Marketing e da Guerra Advogados Associados, empresa da ex-ministra Erenice Guerra. A comissão ainda derrubou os pedidos de convocação e quebras de sigilo de Carlos Juliano Ribeiro Nardes, sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, o que provocou revolta de Randolfe Rodrigues.

— Inacreditável e inaceitável a não aprovação dos requerimentos. Em relação aos ex-ministros, dá até para entender as razões políticas, mas por que não Juliano Nardes? Pessoas ouvidas pela CPI relataram o envolvimento dele. Dois funcionários da empresa do articulador do esquema estiveram aqui em uma acareação e ambos confirmaram. É um fato objetivo que ocorreu no âmbito da CPI — reclamou.

A CPI do Carf foi instalada em maio e deve funcionar até 18 de dezembro.

Procuradora nega fraude em área quilombola

Segundo o Ministério Público, na comunidade Brejão dos Negros, em Sergipe, 486 famílias já estão cadastradas, com 2 mil pessoas, e estão em delimitação cerca de 8 mil hectares

A PROCURADORA DO Ministério Público Federal em Sergipe Livia Nascimento Tinoco afirmou aos senadores que não há fraude no processo de certificação da área quilombola Brejão dos Negros, no município sergipano de Brejo Grande.

Ela participou ontem de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) requerida por Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Paulo Rocha (PT-PA) com objetivo de discutir denúncias de irregularidades no processo de certificação da área. Há ordem judicial para a saída de posseiros da área definida para a comunidade quilombola.

— Quatro procuradores da República, desde 2007, já trataram desse conflito e nenhum viu irregularidade ou fraude. Aquela comunidade realmente é remanescente de quilombo. Podemos verificar isso pelo conceito legal e também por estudos históricos e de ligação com o território — afirmou Livia.

Como informou, 486 famílias de Brejão dos Negros já estão cadastradas como quilombolas, reunindo cerca de 2 mil pessoas. O processo está em fase de delimitação da área, que terá aproximadamente 8 mil hectares e será explorada de forma coletiva, como previsto no Decreto 4.887/2003. Livia pediu reforço



Ana Amélia (C) preside reunião na Comissão de Agricultura que debateu disputa de terra por posseiros e quilombolas em SE

para a atuação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em Sergipe, para agilizar a identificação das áreas da União no município.

Parte da terra é propriedade da União, mas é reivindicada por três famílias que alegam direito de herança, o que alimenta os conflitos, uma vez que a indenização em terras públicas se dá apenas sobre benfeitorias, e não pelo valor da terra nua. Também há disputa com posseiros que não se reconhecem como quilombolas. Associações de moradores e de pescadores da região se dizem excluídas e não aceitam as regras de uso coletivo da terra.

— As pessoas que não aceitaram não têm direito a usar o campo, que fica dentro dessa área determinada como coletiva, e nem de usar o poço. É um grupo menor querendo oprimir um grupo muito maior e que já estava lá há muito tem-

po — disse José Fausto Santos, vice-presidente da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-07, de Neópolis (SE).

A juíza Rosivan Machado da Silva, integrante de uma das três famílias que reivindicam a terra, aponta fraudes na obtenção da certificação de Brejão dos Negros como comunidade quilombola junto à Fundação Palmares. Como exemplo, ela afirma que constam da ata da reunião em que os moradores se autorreconhecem como quilombolas assinaturas de pessoas que não estavam presentes. Aponta ainda irregularidades na atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Reconhecimento

O procurador do Incra em Sergipe, Marcos Bispo dos Santos Andrade, nega que o órgão tenha descumprido a legislação. Ele afirma que o registro de comunidade

quilombola foi reconhecido pela Justiça Federal, ficando assim o Incra obrigado a dar continuidade ao processo de delimitação da área.

Segundo a representante da Fundação Palmares, Edi Freitas, a comunidade de Brejão dos Negros detém patrimônio material e imaterial que confirma a condição de quilombola.

— A certificação seguiu todos os ritos. O processo é público e qualquer cidadão pode ter acesso. Está regular, não fere nenhum dispositivo legal — disse.

O padre Isaías Nascimento, coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá (SE), afirmou não houve atuação tendenciosa. O apoio foi prestado a todos em encontros “a céu aberto, em praça pública e nos salões comunitários da igreja”. Representando a comunidade quilombola no debate, Maria Izaltina Silva Santos disse que

o padre Isaías chegou a sofrer agressões.

— Nós lutamos pelo que é nosso, não somos fantoche, sabemos o que queremos. Já sofremos muito, fomos agredidos na comunidade por conta de mentira — lamentou.

Izaltina afirmou que a localidade antes era conhecida como refúgio dos negros que fugiam dos engenhos.

Esse foi o segundo debate sobre o assunto realizado na CRA e, na opinião de Ronaldo Caiado e Waldemir Moka (PMDB-MS), ainda restaram muitas dúvidas.

— A situação não é definidora, estamos vendo conflitos e dados divergentes. Não é aceitável que se impeça que quilombola tenha a sua área e também não é aceitável que o cidadão que já é posseiro seja retirado, por um viés subjetivo — disse Caiado.

Paulo Rocha lembrou que conflitos fundiários no Brasil são históricos e de difícil solução, por envolverem interesses legítimos de diferentes grupos sociais. Na opinião de José Medeiros (PPS-MT), a legislação precisaria ser aperfeiçoada, de forma a facilitar a regularização de áreas rurais.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), disse que o debate ajuda na busca do entendimento sobre a questão, que está já está sendo tratada pelo Judiciário.

Hospital do Câncer de Barretos é exemplo de gestão, diz Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) comentou visita recente ao Hospital de Câncer de Barretos (SP), que classificou como um exemplo de boa gestão no sistema de saúde. Amorim elogiou as boas instalações do hospital e a “humanidade e respeito” no atendimento, sublinhando que a maioria dos pacientes é de baixa renda e teria



Marcos Oliveira/Agência Senado

difficuldade para tratamento de câncer na capital paulista.

— O que tive oportunidade de conhecer em Barretos foi uma realidade que vem sendo construída desde a década de 60 a partir do esforço, do trabalho e da dedicação de médicos humanistas e idealistas que não abriam mão de seus sonhos — declarou o senador.

Douglas Cintra defende incentivos para produção e uso do etanol

Douglas Cintra (PTB-PE) destacou as vantagens do uso do etanol como combustível. O senador ressaltou que o uso dessa fonte de energia é importantíssimo não só para o desenvolvimento socioeconômico, mas para a sustentabilidade do país. O senador defendeu uma política de preços e tributação estável para o etanol.



— Desde a criação do Proálcool, a produção de etanol gerou mais de 1 milhão de empregos diretos e mais de 40% do consumo de gasolina foi substituído por essa fonte limpa e renovável, o que se traduziu em uma redução de 800 milhões de toneladas de gás carbônico jogadas na atmosfera — disse o senador.

Orgãos de segurança pública do DF serão tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai promover uma audiência pública para debater a atuação dos órgãos de segurança do governo do Distrito Federal diante das manifestações de servidores em greve. O debate vai ocorrer na sala 3 da Ala Alexandre Costa, às 9h. Hélio José (PSD-DF), autor do requerimento

da audiência, registra que o centro do debate será o confronto ocorrido no dia 28 de outubro, quando houve uso de força e de produtos químicos para a dispersão das manifestações. Representantes da Presidência e da Casa Civil do DF estão entre os convidados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Segundo especialistas, país está perdendo a corrida pelo lançamento de satélites, mesmo tendo investido no setor. "Contaminação ideológica" das decisões seria um dos problemas

Brics e Argentina superam Brasil no espaço

APESAR DE DÉCADAS de investimentos no setor espacial, o Brasil não obteve os resultados de seus pares no Brics — Rússia, Índia e China. Além disso, está perdendo para a Argentina, que coloca em órbita um segundo satélite geostacionário e constrói o terceiro no próprio território. A avaliação foi feita pelo presidente da Visiona Tecnologia Espacial, Eduardo Bonini, em audiência pública ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rubens Barbosa, atribuiu parte dos problemas a "uma comédia de erros". Segundo ele, as dificuldades começaram com a oposição política ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (TSA) entre o Brasil e os Estados Unidos.

Esse acordo foi assinado em 2000 para viabilizar o lançamento de satélites da base de Alcântara, no Maranhão, por empresas privadas norte-americanas. Com a mudança de governo, o TSA foi colocado de lado e houve a assinatura de um acordo semelhante com a Ucrânia, em 2004.

De acordo com Barbosa, para lançar da base de Alcân-

tara o foguete com o satélite previsto no acordo com a Ucrânia, o governo brasileiro precisava do tratado que havia vetado — os Estados Unidos dominam 85% do mercado de lançamento de satélites de comunicação.

Ao contrário do acordo com Washington, que ainda está parado na Câmara dos Deputados, a cooperação com o governo de Kiev foi rapidamente aprovada pelo Congresso.

O dirigente da Fiesp lembrou que, após 12 anos, o foguete não foi lançado, obrigando o governo brasileiro a cancelar o acordo com a Ucrânia em julho de 2015.

Barbosa, que era embaixador brasileiro em Washington na época da assinatura do acordo com os Estados Unidos, disse que o tratado foi feito não para beneficiar empresas norte-americanas, mas para viabilizar a base de Alcântara, que receberia de US\$ 40 milhões a US\$ 50 milhões por cada lançamento de satélite.

Conforme o ex-embaixador em Washington, se não tivesse havido a "contaminação ideológica" do processo 15 anos atrás, o Brasil teria desenvolvido a base de Alcântara para fins comerciais e os recursos poderiam financiar as deman-



Aloysio preside o debate entre Bonini (D) e Barbosa, que criticou a troca dos EUA pela Ucrânia como parceiro no setor espacial

das para o desenvolvimento da área.

Ele contestou informação dada em 2013 pelo então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, de que o governo havia retirado do Congresso o projeto de decreto legislativo (PDL 1446/2001) que prevê a homologação do acordo.

Estratégia

Na presidência da reunião, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) informou que a última movimentação do projeto se deu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com a leitura de re-

latório sobre a proposta.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) observou que o Brasil e a Rússia estão dentro do Brics e que o governo brasileiro fez um acordo com a Ucrânia. Em seguida, acrescentou, "a Rússia invade a Ucrânia e descobre-se que a fábrica [de foguetes] fica dentro de território russo". Para a senadora, "isso parece ser equivocado em todos os aspectos".

Diante do diagnóstico de Eduardo Bonini quanto à difícil situação financeira da indústria que opera no setor espacial, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) questionou a razão de as empresas

privadas não terem capacidade de antever os problemas.

Bonini explicou que cerca de 70% a 80% dos negócios nessa área são demandados por governo.

— São programas estratégicos. São projetos de altíssimo risco e, muitas vezes, sem retorno. Não existe lançador de satélite que traga retorno econômico. Isso é uma estratégia de Estado, uma política de Estado — afirmou.

Segundo ele, tirando a questão do lançador de satélites, a utilização comercial da base de Alcântara pode fomentar a própria infraestrutura a se capacitar para projetos maiores.

Reguffe defende reforma do Estado brasileiro

Reguffe (PDT-DF) disse que o Brasil precisa de uma reforma do Estado para tornar a administração pública mais barata, eficiente e, principalmente, voltada para o contribuinte.

Para ele, a forma como o Estado funciona hoje atende muito mais os políticos do que o contribuinte, numa "quase privatização do Estado pelos partidos políticos", que dividem o poder, mas não discutem políticas públicas a serem implementadas.

Reguffe reclamou da interferência constante de um Poder sobre o outro. Só neste ano, por exemplo, foram editadas mais de 30 medidas provisórias, o que fez com que a agenda do Congresso fosse dominada por MPs em vez de propostas legislativas.

— Será que é esse tipo de administração pública que a gente sonha como brasileiro? Ou será que a gente queria uma administração pública diferente? Precisamos ter essa reforma do Estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros cobra melhorias em rodovias de MT

Ao ler reportagem do jornal *A Gazeta* sobre as condições de rodovias de Mato Grosso, José Medeiros (PPS-MT) lamentou que, mesmo em trechos já concedidos à iniciativa privada, falem condições adequadas de tráfego.

Segundo ele, a matéria baseou-se em dados da Confederação Nacional dos Transportes segundo os quais 60,2% das rodovias do estado foram reprovadas. E o custo para recuperar os trechos classificados como ruim, regular e péssimo chega a R\$ 2,3 bilhões.

Nos trechos concedidos, as empresas que exploram as BRs 163 e 364 não conseguem empréstimos para fazer melhorias, apesar de já cobrarem pedágio, lamentou o senador.

Medeiros cobrou soluções para o problema e lembrou que o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso depende de boas rodovias.

— A BR-364, por exemplo, é o único corredor que liga o Centro-Sul ao Norte do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa protesta contra aumento da energia no AM

A população do Amazonas pode não ter condições de pagar a conta de luz. Isso porque o aumento nos custos do serviço ficou acima da expectativa. O alerta foi feito por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo ela, a Aneel autorizou um reajuste de 38,8% para os consumidores residenciais e de 45,5% para os demais.

— As famílias do meu estado não têm condições de arcar com esse custo. Além disso, o setor produtivo está prejudicado — afirmou Vanessa.

A senadora lembrou que, como o Amazonas é uma região muito quente e úmida, o ar-condicionado, por exemplo, é um utensílio doméstico fundamental. Segundo ela, abrir mão do aparelho pode trazer prejuízos à saúde da população.

Ela questionou também por que a energia do Amazonas ainda não vem da Usina de Tucuruí, uma vez que as obras do linhão que liga a hidrelétrica a Manaus já foram concluídas.

Vanessa disse ainda que os custos mais altos para o setor produtivo podem elevar as demissões no estado.

Wellington quer universidade em Rondonópolis

Wellington Fagundes (PR-MT) informou que passou a manhã reunido com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para tratar da criação da Universidade Federal de Rondonópolis (MT). Wellington disse que esse pleito tem apoio dos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e José Medeiros (PPS-MT).

— Esperamos que até o fim do ano a presidente Dilma Rousseff encaminhe ao Congresso a mensagem de criação dessa nova universidade.

O senador também homenageou os 60 anos da Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis (Acir), que serão comemorados amanhã. Na quarta-feira, Wellington também discursou sobre a criação da universidade. Ele disse que a região sul do estado tem um potencial "extremamente grande" e que a criação da universidade tem o apoio da comunidade acadêmica e da sociedade de Rondonópolis, que tem mais de 200 mil habitantes.



Gerardo Magela/Agência Senado

Donizeti destaca êxito dos Jogos dos Povos Indígenas

Donizeti Nogueira (PT-TO) registrou ontem em Plenário o êxito dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizados em Palmas. Dos quase 1,8 mil atletas, cerca de 1,1 mil pertenciam a 24 etnias brasileiras.

— Durante 10 dias, mais de 170 mil pessoas visitaram a vila dos jogos. Todo o evento mostrou a profundidade da cultura e da diversidade dos povos indígenas nacionais e internacionais — disse Donizeti, realçando o sucesso das feiras de artesanato e agricultura indígenas promovidas na ocasião.

O evento, porém, não foi marcado apenas pelo clima de confraternização, segundo o senador. Ele disse que sobressaiu na pauta de reivindicações dos índios brasileiros, por exemplo, a rejeição à proposta de emenda à Constituição que altera a regra de demarcação das terras indígenas (PEC 215/2000). Donizeti se declarou contrário à aprovação da medida.



Gerardo Magela/Agência Senado

Especialistas denunciam epidemia de suicídio

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, participantes consideram alarmantes dados do Brasil — 12 mil mortes por ano — e do mundo — uma a cada 40 segundos

O SUICÍDIO É uma epidemia silenciosa e mata quase 12 mil brasileiros por ano. A avaliação foi feita ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O encontro discutiu com especialistas e autoridades as estratégias e políticas públicas desenvolvidas para prevenir os casos de suicídio no país.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 40 segundos uma pessoa se suicida no mundo. No Brasil, a tendência é de crescimento dessas mortes entre adolescentes e jovens. Nos últimos 10 anos, a taxa de suicídio cresceu mais de 40% entre os brasileiros de 15 a 29 anos. Os números, considerados alarmantes, foram revelados no debate.

Os médicos e psicólogos participantes da audiência lembraram que há diversas oportunidades para salvar a vida de quem pensa em se



Debate coordenado por Hélio José (3º à dir.) reuniu psiquiatras, psicólogos e representantes do governo: solução passa por campanhas educativas e ações de prevenção

matar e explicaram que é importante falar sobre o assunto e dar voz a quem sofre.

Professor de psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Marcelo Tavares argumentou que as campanhas educativas e ações de prevenção são eficientes e defendeu que o suicídio deve ser tratado como um problema de saúde

pública, com políticas e programas específicos.

— Nossos desafios são muito grandes. O contexto da prevenção do suicídio é muito mais amplo, requer que a gente pense nas nossas crianças, adolescentes, idosos, nas profissões de risco e nas pessoas que tenham passado por experiências de sofrimento.

Hélio José (PSD-DF), que sugeriu o debate, lamentou que o suicídio ainda seja um tema cercado por tabus e preconceitos e disse que o problema representa uma epidemia no Brasil e no mundo.

— Muitos já falaram, mas é preciso reprisar: vivemos uma epidemia silenciosa. De fato é uma epidemia que está

afetando muita gente perto da gente. Por isso é importante estarmos aqui discutindo esse tema.

No Brasil, o Centro de Valorização da Vida (CVV) trabalha há 53 anos na prevenção do suicídio. A entidade atende 24 horas por dia pelo telefone 141, por e-mail ou pelo endereço www.cvv.org.br.



Senadores Paulo Paim (2º à esq.) e Flexa Ribeiro (D) na audiência em Belém

Debate no Pará reforçou críticas a projeto da terceirização, diz Paim

Um pedido de voto contra o PLC 30/2015 e contra o negociado sobre o legislado: foi dessa forma que o senador Paulo Paim (PT-RS) definiu a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) feita ontem em Belém.

Ele se referia ao projeto de lei que regulamenta a terceirização de mão de obra e às iniciativas que buscam fazer com que contratos entre patrões e empregadores tenham prevalência sobre as leis trabalhistas.

O debate no Pará, que teve presença do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), faz parte de um conjunto de reuniões que vêm sendo realizadas pela CDH em todo o país para debater o projeto, já aprovado pelos deputados.

O momento econômico, segundo Paim, não permite

a supressão de direitos dos trabalhadores, como a ampliação da terceirização e a inversão de prevalência de contratos de trabalho sobre a legislação, o que ele chama de “negociado sobre o legislado”.

— Isso é o mesmo que rasgar a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Entraremos numa anarquia. Temos parâmetros que precisam ser respeitados — disse o senador.

Como exemplo, ele citou caso registrado no México em que uma estatal demitiu 30 mil funcionários para contratar terceirizados com salário 30% menor.

O senador aproveitou a oportunidade para expressar sua indignação com o veto da presidente Dilma Rousseff ao mecanismo que permitiria a desapontadoria dos trabalhadores.

Criado grupo para incentivar relações com Cazaquistão

O Senado aprovou ontem o PRS 8/2015, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão. O objetivo é incentivar as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. Iniciativa do senador Luiz Henrique, fale-

cido este ano, a matéria vai à promulgação.

Uma das últimas repúblicas soviéticas a declarar independência, o Cazaquistão tem uma das mais fortes economias da Ásia Central. Pelo acordo, a cooperação interparlamentar

pode ocorrer sob forma de visitas, congressos, seminários, simpósios, debates, estudos, conferências e encontros. Há ainda a permuta periódica de publicações e trabalhos sobre propostas legislativas e de experiências parlamentares.

Reforma política pode criar obstáculos a pequenos partidos

O relator da proposta de emenda constitucional da reforma política, Raimundo Lira (PMDB-PB), disse que pretende apresentar em até 15 dias um texto para ser avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A emenda já foi aprovada pelos deputados.

Uma das mudanças que ele vai propor à PEC 113/2015 é uma cláusula de barreira para dificultar a criação e a manutenção dos partidos que receberam poucos votos nas eleições. A ideia, segundo Lira, é que apenas legendas com 5% de votos em todo o território nacional teriam direito aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo gratuito em redes de televisão e rádio.

— Entendo que o número de partidos no Brasil é muito grande. Isso enfraquece o sistema político. Nós preci-

samos dar ao eleitor o direito de escolher os partidos que efetivamente vão continuar funcionando — explicou.

O senador também adiantou que vai acabar com a possibilidade do financiamento privado de campanhas políticas. Esse tipo de doação foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mas a proposta que veio da Câmara permite aos partidos receber dinheiro ou bens estimáveis de pessoas físicas ou jurídicas.

— O financiamento empresarial não ocasiona, necessariamente, corrupção, mas as investigações da Operação Lava-Jato demonstram que foi a existência das doações de empresas que gerou todo esse processo de desvios de dinheiro público — afirmou.

O ideal, na opinião do sena-

dor, é que apenas as pessoas possam repassar dinheiro para os partidos. Ele acredita que esse modelo vai baratear os custos das campanhas.

Quanto ao fim da possibilidade de prefeitos, governadores e presidentes disputarem um segundo mandato imediatamente após o primeiro, Lira disse que vai concordar com o texto aprovado na Câmara, que deve acabar com a reeleição. Ficariam fora da regra governadores, prefeitos e presidente eleitos antes da promulgação da emenda constitucional.

O senador também quer manter a possibilidade de abertura de um prazo para os políticos eleitos mudarem de partido sem punições. De acordo com a PEC 113/2015, uma “janela partidária” seria aberta nos 30 dias seguintes à promulgação da proposta.

Renda vai desempatar seleção para universidade federal

A renda será critério de desempate nos processos seletivos para acesso às universidades. A presidente Dilma Rousseff sancionou na quarta-feira a Lei 13.184/2015, que insere a regra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Segundo a norma, oriunda do PLS 174/2005, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), em caso de empate no processo seletivo, terá prioridade o candidato de menor renda familiar.

Desde 2012, a Lei 12.711 determina a reserva de 50% das

vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para candidatos que tenham feito integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo metade para pessoas com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita.